



TJPE assina acordo de cooperação com o Governo do Estado para extinguir processos de execuções fiscais de até R\$ 10 mil



O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Ricardo Paes Barreto, e a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, assinaram, no dia 22 de julho, ato de cooperação que visa a racionalizar e agilizar o fluxo de execuções fiscais no Judiciário estadual. Serão extintas ações judiciais de execuções fiscais de valor inferior a R\$ 10 mil que estão sem movimentação útil há mais de um ano e que nas quais não tenham sido encontrados bens penhorados ou penhoráveis. O acordo tem o aval do Tribunal de Contas do Estado e da Procuradoria-Geral do Estado.

O ato não representa a anistia das dívidas de tributos como, por exemplo, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As dívidas que atingem o valor estabelecido ainda serão cobradas na esfera administrativa pelo Governo do Estado e serão examinadas em um prazo de 90 dias. A solenidade foi realizada no Palácio do Campo das Princesas.

Moradia Legal passa a marca de 30 mil títulos de propriedade entregues

O Moradia Legal de Pernambuco alcançou, no mês de junho, a marca de 31,9 mil títulos de imóveis entregues gratuitamente a famílias pernambucanas, sendo 70% dos documentos em nome de mulheres. O programa, que foi instituído em 2018, tem o objetivo de implementar medidas jurídicas e administrativas junto às equipes das prefeituras e dos cartórios de registros imobiliários para colocar em prática o direito à moradia, como previsto na legislação brasileira. Em seis anos de funcionamento, a iniciativa já beneficiou diretamente 120 mil pessoas.





TJPE publica edital para concurso para cartórios de notas e de registro

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) publicou, no dia 17 de julho, o edital para o Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Pernambuco. As inscrições deverão ser realizadas entre 26 de setembro e 25 de outubro de 2024 no site do Cebraspe. Todas as provas serão aplicadas em Recife, em datas, locais e horários a serem ainda divulgados. O concurso busca preencher 147 vagas.

PJe 1º Grau tem novo endereço para acesso

No dia 30 de junho, o Processo Judicial eletrônico (PJe 1º Grau) passou a ser acessado através do endereço pje.cloud.tjpe.jus.br/1g. A mudança aconteceu em razão de melhorias de desempenho e segurança na infraestrutura do sistema.

Ao tentar acessar o PJe 1º Grau pelo antigo endereço, as pessoas serão redirecionadas ao novo link. Já o endereço do PJe 2º Grau não sofreu alterações e permanece o mesmo: pje.tjpe.jus.br/2g.

Programa acolhe mulheres do Judiciário vítimas de violência doméstica

Acolher as mulheres que integram a Justiça de Pernambuco que, por ventura, sejam vítimas de violência doméstica para que se sintam seguras em denunciar. Esse é o maior objetivo do Programa de Prevenção e Segurança "Por Elas Para Elas". As formas de atendimento são através dos telefones (81) 3182-0857 e 3182-0858; ou na sede da Coordenadoria da Mulher, localizada no primeiro andar do Fórum Thomaz de Aquino, na Avenida Martins Barros, 593, bairro Santo Antônio, no Recife.

O atendimento é sigiloso.

Por
Para **ELAS**





Judiciário pernambucano promove ações de cidadania na cidade de Tamandaré

Ações de cidadania e sonhos de união entre casais realizados marcaram o evento "Dia da Solidariedade", promovido nos dias 19 e 20 de julho, no município de Tamandaré. Durante a iniciativa, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) por meio do Núcleo de Conciliação (Nupemec), em parceria com a Associação Padre Arlindo, realizou um mutirão de audiências de conciliação em processos da Vara Única da Comarca, já inscritos, e uma cerimônia de casamento coletivo. Na ocasião, a população recebeu também informações acerca dos serviços ofertados pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) mais próximos.



TJPE e Prefeitura do Recife firmam acordo para requalificar a cobrança das execuções fiscais do município

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Prefeitura do Recife firmaram, na terça-feira (30/7), um ato de cooperação com o objetivo de racionalizar e agilizar o fluxo de processos relativos a execuções fiscais municipais. A medida prevê a extinção das ações com valor inferior a R\$ 10 mil que estão sem movimentação útil há mais de um ano, e que não tenham sido encontrados bens penhorados ou passíveis de penhora.

Cejusc-Saúde é inaugurado na Comarca da Capital

Promover a celeridade na resolução de conflitos na área de saúde por meio da conciliação. Com esse objetivo, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), através do Núcleo de Conciliação (Nupemec), inaugurou, na quinta-feira (25/7), o Centro Judiciário de Solução de Conflitos de Saúde (Cejusc-Saúde), na Comarca da Capital. A unidade atuará para resolução consensual de conflitos no âmbito processual e pré-processual, envolvendo direitos disponíveis ou direitos indisponíveis que admitam transação de ações na área.

A proposta do Cejusc-Saúde é incentivar a desjudicialização e a resolução das ações já ajuizadas, cujos pedidos digam respeito à prestação de serviços de saúde em geral e fornecimento de medicamentos, proporcionando uma solução mais efetiva, célere e de menor custo. Estes processos poderão ser encaminhados ao Cejusc-Saúde de ofício pelos(as) magistrados(as) ou a pedido de quaisquer das partes

Com os juizados itinerantes, Judiciário pernambucano reforça presença junto à população

Juizado do Folião, Juizado do Torcedor, Juizado do Forró e, agora, o Juizado do Frio. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) se aproxima cada vez mais da população com magistrados(as) e servidores(as) a serviço de todos que participam de grandes eventos no Estado. No dia 12 de julho, passou a funcionar o Juizado do Frio, em Garanhuns, Agreste do Estado. A unidade foi instalada no Centro Cultural Alfredo Leite, situado ao lado da Praça Mestre Dominginhos, e funcionou nos dias 19, 20, 26 e 27 de julho, das 21h às 2h.



Governadora sanciona lei que ampliará o TJPE e dará maior agilidade aos julgamentos

A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, sancionou, no dia 1º de julho, a lei complementar que amplia de 52 para 58 o número de desembargadores(as) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

A nova configuração permitirá uma maior agilidade no julgamento dos processos. A ideia do presidente Ricardo Paes Barreto, é criar novas câmaras de julgamento que deverão atuar nas áreas da violência contra a mulher, saúde, infância e juventude, família e sucessões, órfãos, interditos e ausentes.

Audiência pública discute as metas para 2025

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promoveu, no dia 10 de julho, o encontro Gestão Participativa das Metas Nacionais para o Poder Judiciário. A audiência pública, realizada na Escola Judicial (Esmape/TJPE), contou com a participação de magistrados(as), servidores(as), representantes de entidades jurídicas e públicas e civis no debate sobre as 10 Metas Nacionais para o próximo ano, relacionadas aos tribunais dos estados brasileiros.